

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA                              |                   |                                    |
|--|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta   | Processo          | Atividade / Procedimento           |
| <b>PR/2025/41066</b>                                   | <b>53559/2025</b> | <b>Proposta à Câmara Municipal</b> |
| Unidade Administrativa                                 |                   |                                    |
| <b>DF - DFG - DIVISÃO</b>                              |                   |                                    |
| Propósito  |                   |                                    |
| <b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b> |                   |                                    |
| Órgão/Cargo que resolve                                |                   |                                    |
| <b>Câmara Municipal de Braga</b>                       |                   |                                    |

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data: 2025-07-12 12:02:55  
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



## PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

**Processo:** 13408/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Reclamação ou exposição

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de notificação pessoal - orçamentação e data previsível da remoção coerciva das OEP's

Local: Os Zés - Largo S. Tiago, 22, UF de Maximinos, Sé e Cividade

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/40492 de 10 de Dezembro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Considerando que se mantém a ocupação de espaço público com um (1) toldo e três (3) suportes de parede, sem que para tal o explorador detenha o título necessário é intenção deste Município proceder à remoção coerciva, constituindo encargo do explorador todas as despesas efetuadas.

Face ao exposto, propõe-se superiormente que:

- Se determine a remoção coerciva do toldo e dos suportes de parede, sitos na Largo S. Tiago, 22, UF de Maximinos, Sé e Cividade;
- As despesas que o Município tenha de suportar ao substituir-se ao denunciado, que se fixam em 800,00€ (desmontagem, acondicionamento e transporte) + 50,00€/mês (armazenamento em local fechado e não coberto) - valores em IVA, com vista à execução coerciva da medida de tutela ordenada, sejam imputadas ao mesmo; e
- Se dê conhecimento, **através de notificação pessoal**, ao denunciado desta mesma decisão e que a remoção ocorrerá num prazo de 90 dias.

**Após a realização da referida notificação, deverá o processo ser entregue à agente fiscalizadora para que promova nova ação inspetiva dentro de trinta (30) dias a fim de verificar se a estrutura foi ou não removida, entretanto.**

**Posteriormente, e mantendo-se a referida ocupação, deverá o presente processo ser remetido à DMOSM - Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, para proceder à realização dos trabalhos.**

